



## **OS LIMITES NAS CIDADES: EXERCÍCIOS DE OBSERVAÇÃO DA FORMA URBANA E DA VIDA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS**

**ANA BRASIL MACHADO**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE (PUC-RIO)**  
anabrasil@puc-rio.br

### **Introdução**

A despeito da existência de inúmeros conceitos associados ao pensamento geográfico, o ensino de Geografia, seja no ensino básico, seja no ensino superior, mobiliza um grupo mais ou menos estável de ferramentas: espaço, território, lugar, paisagem. O presente texto tem, assim, por objetivo discutir possibilidades acerca dos tradicionais conceitos de fronteira, limite e descontinuidades na educação geográfica. Uma vez que tais noções não se prestam apenas ao exame da segregação socioespacial, da xenofobia e do erguimento mesmo que extemporâneo de muros ao redor do mundo, as descontinuidades podem auxiliar na compreensão da organização espacial em um sentido mais amplo.

Considerando que as descontinuidades tampouco participam apenas do ordenamento de entidades espaciais como o Estado-nação, observa-se as cidades são também constituídas por limites, materializados ou não, em seus perímetros ou no interior de suas áreas. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é fortemente marcada por descontinuidades internas. Uma canção pop, chamada “Rio 40 graus”, disse assim: “o Rio é uma cidade de cidades misturadas”. Os contatos são bastante valorizados, produzindo uma imagem da cidade bastante particular. Nós nos orgulhamos de ter a maior floresta urbana do mundo, visitantes e moradores gostam de estar na praia e poder olhar os prédios, os carros, o vai-e-vem da cidade; lá é possível fazer uma curta caminhada em meio à mata, partindo de ruas movimentadas, e chegar ao topo de alguma montanha, escutar o canto dos pássaros, o vento que toca as árvores centenárias e observar a cidade lá de cima, o acender das luzes no crepúsculo.

Mas não apenas do contato entre aquilo que chamamos natureza e aquilo que chamamos sociedade vive a cidade do Rio. A cidade partida, entre pobres e ricos, entre ocupações informais e a cidade formal, entre a favela e o asfalto, é um aspecto fundamental do imaginário carioca. No Rio de Janeiro, morro quer dizer ao mesmo tempo *hill* e *slum*, tamanha a força da associação entre esta feição geomorfológica e sua ocupação. Estes morros compõem a complexa paisagem carioca: muitas favelas estão situadas na mesma área onde a classe alta reside. O contraste entre estas duas formas de ocupar o espaço urbano enseja discursos sobre o convívio harmonioso entre pobres e ricos, que valorizam o ideal da cidade cerzida.

Os limites, portanto, funcionam como descontinuidades, ou seja, como elementos que tornam o espaço heterogêneo. Sinalizam distinções prévias entre duas áreas e, sobretudo, concorrem para sua diferenciação, em termos de suas morfologias, dos comportamentos



esperados e dos significados produzidos (GOMES, 2008). Por um lado, as discontinuidades classificam e distinguem lugares, por outro, elas produzem interfaces, colocando em relação suas formas, seus frequentadores, suas atividades e os valores que lhes são atribuídos.

O artigo que se segue intenta, em primeiro lugar, apresentar brevemente as noções de discontinuidade e limite urbano. As seções seguintes discutem o papel dos limites na conformação da forma urbana e na experiência cotidiana dos espaços públicos. Por fim, são sugeridas atividades simples de observação as quais podem ser mobilizadas tanto no ensino de Geografia como por aqueles que encontram prazer na vivência e na reflexão acerca das cidades.

### **Limites, fronteiras e discontinuidades: para além da segregação**

Limites e fronteiras são noções fortemente associadas à figura do Estado-Nação e estão ligadas, sobretudo, às ideias de segregação e interdição de contato entre grupos e sistemas espaciais. Contudo, participam da organização espacial em outras escalas, tempos e situações, como no caso das cidades, ou mesmo das civilizações anteriores ao advento do Estado Moderno.

Segundo Claude Raffestin (1992), a fronteira é um mediador territorial que condiciona os sistemas de relações. Não deve ser entendida como um obstáculo que limita a liberdade individual e coletiva, mas como um mecanismo de regulação que nos afasta do caos, da indistinção. De acordo com Reitel (2004), a fronteira é um objeto geográfico que separa dois sistemas territoriais contíguos, mas que não se resume apenas ao limite porque participa da organização do espaço, integrando as dimensões política, simbólica e material. Neste sentido, a fronteira pode ser entendida como uma discontinuidade: aquilo que separa dois conjuntos espaciais vizinhos e diferentes (FRANÇOIS, 2004).

Para Brunet (1967), as discontinuidades constituem os fenômenos sociais e naturais: são rupturas, saltos na evolução de um sistema, fazendo com que esta mude de ritmo, de sentido ou de natureza. Concretamente, as discontinuidades assumem a forma de limiares que aparecem sobre uma curva ou no espaço. Mas, a despeito do caráter separativo destacado da discontinuidade, Brunet propõe o conceito de sinapse para qualificar os fenômenos de fronteira “que, no âmbito da informática, designa a conexão entre equipamentos que possuem modos de operação distintos” (PARENTE-RIBEIRO, 2001: 7). As discontinuidades são capazes, portanto, de produzir e reconfigurar relações entre os sistemas espaciais limitados.

Assim, fronteiras, limites e discontinuidades criam e reforçam distinções entre organizações espaciais, delimitam diferenças entre morfologias, aspectos comportamentais e significados, classificam aquilo que deve estar dentro e aquilo que deve estar fora. Ao ordenarem o espaço e, portanto, a nossa experiência do mundo, as discontinuidades participam de outras relações espaciais que não apenas a segregação socioespacial.

### **Olhar a forma das cidades: limites urbanos**

Historicamente, os limites materializados no terreno assumiram diferentes funções e significados. As muralhas, por exemplo, constituíram sistemas de defesa e mediam as



relações entre os núcleos urbanos, o campo e a floresta (LE GOFF, 1998). Mais do que limitadores, os limites inscritos nas cidades são seus componentes, atuando na coesão e unificação do espaço urbano. Podem organizar o contato entre grupos sociais e conferir status a quem os edifica (CALDEIRA, 2000).

Mesmo não tendo sido projetadas unicamente enquanto limites para o crescimento das cidades, as muralhas produziram importantes efeitos sobre a forma urbana. Para Horacio Capel, “foi grande a importância das fortificações na definição e evolução da forma urbana. De fato, as muralhas se converteram em linhas de fixação e em barreiras ao crescimento da cidade”<sup>1</sup> (CAPEL, 2002: 137).

Segundo Pierre Frankhauser (1994), físico teórico e geógrafo ocupado com a análise da morfologia do tecido urbano, as muralhas representam, ao lado do par densidade-extensão, um elemento fundamental para a definição das cidades. Para ele, as muralhas não serviam somente à defesa, mas representavam uma fronteira tanto no plano legislativo como no plano econômico ou mesmo administrativo. Seus limites precisos pareciam definir o espaço urbano e nos levaram a imaginar que a cidade antiga fosse compacta e possuísse uma geometria simples e regular (FRANKHAUSER, 1994: 6)<sup>2</sup>.

No entanto, mesmo nas cidades fundadas, a geometria da rede viária e das muralhas era recorrentemente irregular. A regularidade de suas formas era, para Frankhauser, muito mais uma exceção do que uma regra. No caso das muralhas, as características topográficas do sítio poderiam ser mais importantes que o princípio de minimizar seus perímetros. De acordo com a ideia do aspecto compacto das cidades, se suporia que o espaço urbano definido pela muralha corresponderia à superfície construída do conjunto urbano. Mas esse não era, necessariamente, o caso.

Em muitas cidades, apenas uma pequena parte do espaço urbano era ocupada pelas construções e grande parte da superfície fortificada continuava livre (FRANKHAUSER, 1994). É possível afirmar, portanto, que essas cidades muradas eram marcadas por descontinuidades não apenas em relação ao espaço extramuros, mas também em seu interior. As cidades romanas, por exemplo, foram, em muitos casos, planejadas para integrar espaços não edificadas os quais permitiriam uma posterior expansão dentro do espaço murado (CAPEL, 2002). Em outros casos, a muralha não era construída junto às casas, mas seguindo o sítio acidentado, ligando a cadeia de colinas. Esse fato ajudava a reduzir o contraste entre a cidade e seu exterior e a estabelecer um equilíbrio entre esses dois espaços (FRANKHAUSER, 1994).

Frequentemente, muitas edificações eram deixadas de fora da muralha e novos espaços suburbanos eram criados. Madri, Barcelona, Florença, e muitas outras cidades europeias, marcadas pelo crescimento demográfico, construíram sucessivas muralhas no sentido de incluir a expansão no exterior das muralhas, sendo o caso de Florença o mais emblemático. O mais comum, no entanto, era a existência de um cinturão romano ou alto-medieval que seria ampliado uma ou duas vezes durante a Idade Média.

“O número de cinturões defensivos construídos pelas cidades foi afetado, logicamente, pela evolução demográfica. Aquelas que experimentaram um

---

<sup>1</sup> Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: “(...) fue grande la importancia de las fortificaciones en la definición y evolución de la forma urbana. De hecho las murallas se convirtieron una línea de fijación y en barreras al crecimiento de la ciudad (...)”.

<sup>2</sup> “Les enceintes semblent donc définir *l'espace urbain* et cette frontière précise a souvent conduit à imaginer la ville ancienne comme un ensemble de bâtiments *compact*, encerclé d'une fortification à géométrie *simple* et *régulière*.”



crescimento demográfico sustentado se viram obrigadas a construir sucessivas linhas de fortificação. Na Europa, numerosas cidades construíram duas, três, quatro e, excepcionalmente, até sete ou oito cercas defensivas ao longo de sua história” (CAPEL, 2002: 130).<sup>3</sup>

Na Idade Média, as grandes cidades medievais eram compostas por muitos núcleos pré-urbanos, o que produzia um plano irregular. O crescimento urbano não se fazia apenas com a densificação do espaço intramuros, mas também com o nascimento de novos bairros (*quartiers*) no exterior. Desta maneira, para Frankhauser, a superfície construída mostrava um tecido bem diferente daquele delimitado pela muralha.

As muralhas poderiam também estar associadas ao impedimento de construção em amplas zonas periurbanas. Este tipo de restrição se devia ao interesse militar de manter o espaço circundante da cidade livre de edificações que permitissem sua conversão em pontos protegidos para o ataque inimigo. Neste caso, o crescimento urbano se ligava muito claramente às necessidades de defesa das cidades. Para Capel, as muralhas se converteram em linhas de fixação das cidades e em barreiras ao seu próprio crescimento, mesmo que pudessem ser transpostas ou mesmo transferidas. O uso desses cinturões defensivos já se fazia no neolítico (cercamento das aldeias, como descrito por Mumford, 2008) e, neste sentido, o autor afirma que a cidade apresenta muralhas desde a sua origem<sup>4</sup>.

Nos séculos X e XI, muitas cidades europeias poderiam ser classificadas como polinucleares e abertas. Durante a Baixa Idade Média, as muitas muralhas construídas, decorrentes do maior poder político e financeiro dos cidadãos, cercaram os núcleos e criaram uma unidade baseada nos limites desenhados por este fechamento. “Do ponto de vista do plano, isto significa a passagem da cidade polinuclear ou dispersa para a cidade compacta” (CAPEL, 2002: 129)<sup>5</sup>. Muitas cidades não tiveram sua forma marcada por muralhas, seja por não possuírem condições para o enorme investimento que significava este tipo de construção, seja por gozarem de uma situação de proteção natural ou de pouca hostilidade em relação a povos vizinhos. Por outro lado, a forma dessas cidades foi também influenciada pela ausência dos delimitadores físicos:

“(…) a inexistência de muralhas permitiu uma expansão suburbana mais fácil e a criação da tradição das casas com jardim na periferia da cidade. Foi o que ocorreu na Grã-Bretanha, onde, como já foi dito, a maior parte das cidades não teve muralhas durante a idade moderna” (CAPEL, 2002: 138)<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: “El número de los cinturones defensivos construidos por las ciudades se ha visto afectado, lógicamente, por la evolución demográfica. Aquellas que experimentaron un crecimiento demográfico sostenido pudieron verse obligadas a construir sucesivas líneas de fortificación. En Europa numerosas ciudades han construido dos, tres, cuatro y, excepcionalmente, hasta siete u ocho cercas defensivas a lo largo de su historia”.

<sup>4</sup> “La técnica de la construcción de cinturones defensivos se había desarrollado y aplicado ya en el neolítico y en la edad de los metales para defender núcleos de poblamiento preurbanos. Y por ello la ciudad tiene murallas desde su mismo origen. Aparecen, en efecto, en prácticamente todas las excavaciones arqueológicas de los núcleos primitivos” (CAPEL, 2002: 126).

<sup>5</sup> Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: “Desde el punto de vista del plano, significa el paso de la ciudad polinuclear o dispersa a la ciudad compacta.”

<sup>6</sup> Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: “(…) la no existencia de murallas pudo permitir una más fácil expansión suburbana y la creación de tradiciones de casa con jardín en la periferia de la ciudad. Es lo que ocurrió en Gran Bretaña donde, como hemos dicho ya, la mayor parte de las ciudades no tuvieron murallas durante la edad moderna.”



Em suma, o problema da contenção do crescimento urbano já tinha lugar nas cidades antigas, medievais e modernas, e a delimitação física parece ter sido a solução mais amplamente colocada em prática. Muitas cidades tinham suas morfologias marcadas pela presença de muros ou verdadeiros sistemas de muralhas que desempenhavam várias funções e se associavam a diferentes significados, como a proteção de povos inimigos e animais selvagens, motivações religiosas (MUMFORD, 2008), coleta de tributos e demarcação de áreas com função governamental, como no caso das *ciudades* ou dos pretórios romanos, os quais estiveram quase sempre associados a regimes autoritários (CAPEL, 2002: 144).

De acordo com Barsky (2005), a noção de limite urbano (*borde urbano*) recebeu diversas denominações ao longo do tempo, tais como *periferia urbana*, *fronteira campo-cidade*, *borde urbano-periurbano*, *contorno da cidade*, *extrarradio*, *exurbia*, etc. No contexto atual de crescimento e expansão das cidades, esta noção ganha importância no debate das questões urbanas que se faz entre governos urbanos, habitantes das cidades e a academia. Neste sentido, faz-se necessário a reflexão acerca do conceito, que pode auxiliar no entendimento da cidade contemporânea e dos fenômenos que nela tem lugar (VILLAMIZAR-DUARTE e SÁNCHEZ, 2012).

Kevin Lynch, em seu trabalho original de 1959, "A Imagem da Cidade", propõe o conceito de limite (peri e intraurbano) como um dos cinco elementos que organizam o conteúdo das imagens da cidade<sup>7</sup>. Para o autor, o limite pode significar a ruptura ou a sutura da continuidade urbana:

"São as fronteiras entre duas fases, quebras de continuidade lineares: praias, margens de rios, lagos, etc., cortes de ferrovias, espaços em construção, muros e paredes. São referências laterais, mais que eixos coordenados. Esses limites podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que *separam* uma região da outra, mas também podem ser *costuras*, *linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam* e se encontram. Ainda que possam não ser tão dominantes quanto o sistema viário, para muitos esses elementos limítrofes são importantes características organizacionais, sobretudo devido ao seu papel de *conferir unidade* a áreas diferentes, como no contorno de uma cidade por água ou parede" (LYNCH, 1997: 52, *grifos meus*).

Para Vega (2012), o *borde urbano* coloca em relação âmbitos e elementos territoriais em busca de equilíbrio entre os âmbitos rurais e urbanos. Para Barsky (2005), o conceito está vinculado ao *periurbano* e configura-se como uma interface entre dois tipos geográficos, mais especificamente entre áreas urbanas e áreas rurais.

O estudo dos limites urbanos implica a observação de processos como a expansão, a densificação de áreas centrais, a consolidação de novas centralidades, incorporação de áreas informais, articulação funcional e física com áreas rurais no interior das cidades, a relação funcional e física com outros territórios regionais. Os limites urbanos podem, portanto, ser entendidos como espaços de conflito e de negociação nos processos de tomada de decisão acerca das questões pertinentes às cidades (VILLAMIZAR-DUARTE e SÁNCHEZ, 2012).

Ainda para Villamizar-Duarte e Sánchez, o *borde urbano* pode ser entendido como espaço de diferença e de contato. É um espaço intermediário entre categorias já manejadas, como área urbana, área rural, espaço privado, espaço público, etc. Trata-se de uma categoria

<sup>7</sup> Os outros elementos elencados por Lynch são as vias, os bairros, os pontos nodais e os marcos.



territorial que associa múltiplos significados e dimensões em um processo de repetidas transformações.

A partir desta breve revisão sobre o conceito de limite urbano, é possível afirmar que o debate está organizado a partir de três perspectivas. A primeira, baseada na definição de Lynch (1997), trata o limite como qualquer descontinuidade na forma física da cidade. Neste sentido, fundado em uma visão marcada pelo urbanismo e apesar da consideração da percepção como elemento fundamental para a imagem da cidade, o limite se associa fortemente à sua dimensão morfológica. A segunda perspectiva identifica o limite urbano à descontinuidade entre áreas rurais e urbanas, ignorando outras descontinuidades que relacionam categorias espaciais tais como favelas, áreas formais da cidade e áreas de preservação ambiental, por exemplo. A terceira trata o limite urbano como um espaço intermediário de diferença e contato entre categorias já utilizadas.

Desta maneira, propomos que os limites urbanos não se situam apenas na periferia das cidades, nas bordas externas, mas também no interior delas, marcando relações entre categorias espaciais que são consideradas componentes das cidades. Devem ser considerados em termos de suas dimensões morfológicas, dos usos sociais atuais ou prescritos, dos significados que lhes são atribuídos. E, também, em termos das interfaces que produzem, das estruturas normativas que os regulam, dos projetos urbanos que os concebem e desenham, dos atores envolvidos nas suas formulações, conflitos e negociações, dos problemas urbanos que lhes são associados e de suas possíveis relações com visões e modelos de cidade.

### **Olhar a vida das cidades: limites e sociabilidade urbana**

Se a sociabilidade pública<sup>8</sup> pode ser entendida como um jogo social e o espaço público como o “campo” onde ela acontece, é possível também identificar e descrever as descontinuidades que participam da interação social nestes espaços. Neste sentido, a sociabilidade pública possui limites, não apenas em termos dos entraves à interação social. Ela é constituída por descontinuidades, diferenciações e relações espaciais e, ao mesmo tempo, produz descontinuidades nos lugares onde se apresenta.

Os espaços públicos são lugares privilegiados para pensar a cidade a partir de suas descontinuidades. As vias de circulação urbana, por exemplo, segregam os diferentes fluxos por meio de faixas (figura 1) ou áreas que privilegiam certos meios de transporte ou velocidades (automóveis, pedestres, ciclistas, etc.). Com frequência, no contato entre a calçada e as pistas de rolamento associa-se um desnível à delimitação. Além de facilitar o escoamento das águas pluviais, a diferença altimétrica arrematada pelo meio-fio reforça a categorização dos usos.

---

<sup>8</sup> Entendida aqui, nos termos de Simmel, como um fenômeno social que goza de destacada autonomia em relação a outras atividades com fins mais pragmáticos. Para aprofundar o debate acerca da sociabilidade pública, ver *Las formas de la sociabilidad*, livro organizado por Gomes e Parente-Ribeiro (no prelo).



Figura 1: Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro (2009)

#### Acervo território e Cidadania

A caixa de rolamento é segmentada por inscrições no asfalto, as quais delimitam os espaços entre os carros. Em algumas vias, observa-se a existência de faixas exclusivas para o transporte público e para o estacionamento de veículos particulares.

O acesso aos espaços públicos também pode ser regulado por meio de limites. A instalação de grades ou portões no perímetro externo de certos parques ou praças, e a definição de horários para sua frequência, condicionam os ritmos de uso destes lugares. Além disso, o gradeamento de espaços públicos suscita intensos debates, mobilizando discursos que tematizam, entre outros, o acesso livre, a presença da população em situação de rua e a paisagem noturna da cidade.

No interior dos espaços públicos, as discontinuidades assumem diferentes formas. Podem ser linhas pintadas no chão, grades, muros com diversos tamanhos e materiais, desníveis ou resultantes da justaposição de revestimentos diferentes. Estas discontinuidades participam da diferenciação de indivíduos e grupos e da classificação dos usos e comportamentos.

A própria ocupação dos espaços públicos pode produzir limites para a sociabilidade. Quando determinados grupos se encontram nesses espaços, eles podem empregar estratégias para definir áreas mais ou menos permeáveis de interação social. Trata-se de discontinuidades efêmeras, que só existem quando aquele grupo está no lugar. Além disso, esses limites produzem uma contenção do grupo e de sua interação, conferindo-lhe uma coesão, mesmo que momentânea.

Este é o caso de um piquenique em um parque ou de um encontro na praia, onde pessoas mais ou menos conhecidas posicionam cangas, toalhas, guarda-sóis e cestas, criando uma área diferenciada no interior de um espaço público. Estes limites podem também ser estabelecidos pelos próprios corpos dos participantes de um grupo em situação de interação social. Em lugares abertos de sociabilidade noturna é comum observar a formação de "rodas de amigos" que regulam o deslocamento de outras pessoas e indicam uma menor disposição para a interação com outros. Embora nestes dois casos os grupos não estejam indisponíveis para o contato com desconhecidos, essas estratégias concorrem para interações mais focadas.

Além de classificar usos e grupos, os limites materializados nos espaços públicos podem participar ativamente na conformação dos padrões espaciais de sociabilidade. Nestes casos, deixam de ser uma linha demarcatória e ganham espessura, transformam-se em morfologias que compõem os cenários de sociabilidade. Isto ocorre quando os limites

presentes nas cidades e concebidos para outros fins são ocupados e, portanto, refuncionalizados por indivíduos e grupos que desejam permanecer em um lugar público e interagir socialmente.

O Parque do Aterro do Flamengo, situado entre o Centro e a Zona Sul da cidade, é bastante marcado por descontinuidades. Isto pode ser explicado, em parte, por sua situação geográfica e pelo projeto desenvolvido para o parque. O Aterro está situado no contato com as vias expressas, situação que exige a separação entre a caixa de rolamento e a calçada (como ao longo de qualquer outra via), e com a Praia do Flamengo, mas também entre esta e o parque, com muretas e “fossos”. Por possuir diversas subáreas destinadas a atividades distintas, o interior do parque é visivelmente segmentado e dotado de descontinuidades que assumem diferentes morfologias: justaposição de revestimentos, desníveis em forma de meio-fio, grades e muretas.

É comum observar indivíduos e grupos ocupando essas formas que possibilitam permanência, com menor ou maior duração, e uma “extração parcial” do “fluxo” da sociabilidade. Essa extração permite a interação social através da observação de outros indivíduos e grupos. Neste sentido, a ocupação dessas formas reconhece a posição estratégica que a descontinuidade possibilita para a interação social através do olhar (figura 2).



Figura 2: Praia do Flamengo (2013)

Acervo Território e Cidadania

O contato entre o gramado e a via que acompanha a Praia do Flamengo parece um lugar privilegiado para a pausa e para a observação do vai-e-vem no espaço público.

O privilégio da “posição limítrofe” para a interação social é reconhecido pela implantação de objetos adequados e planejados para a permanência e para a observação. Os calçadões da orla marítima da cidade do Rio de Janeiro são formas que marcam a descontinuidade entre a praia e as vias (figura 3). A implantação de bancos nos calçadões reconhece a importância deste espaço de sociabilidade, organizado pela interface praia-via (ou natureza-cidade), oferecendo um mobiliário para permanência que permite a observação. A forma sem encosto dos bancos possibilita que os frequentadores olhem na direção daquilo que mais os interessa: a praia, o calçadão ou a via; e ressalta a sua qualidade de “estar entre”, de ser um espaço de interface. A posição deste mobiliário no calçadão, no contato com o declive que leva à praia, indica ainda que essa faixa tem espessura, tem uma vida social própria, uma vez que o observador, sentado em um banco ou nas cadeiras disponibilizadas pelos quiosques, pode olhar aquilo e aqueles que passam (e também param) no calçadão.

Mas o calçadão da orla não é apenas um limite espesso. É também uma *faixa de transição* bem delimitada espacialmente. Os comportamentos associados a esses calçadões sofrem uma gradação entre os comportamentos da rua e os comportamentos da praia. É comum ver pessoas, vindas das ruas, tirarem seus sapatos e peças de roupa antes de pisarem na areia; bem como pessoas vindas da areia em direção à rua limparem os seus pés e terminarem de se vestir antes de atravessar a primeira via.



Figura 3: Calçadão da Praia de Copacabana (2013)

O calçadão da orla marítima do Rio de Janeiro funciona como um passeio e como uma interface entre a praia e a “cidade”.

Como a cidade, os espaços públicos são ordenados pelas descontinuidades, tenham elas a forma de limites ou de desníveis, sejam elas materializadas através de estratégias mais ou menos efêmeras. As descontinuidades têm papel fundamental na dinâmica da sociabilidade pública: ensejam conflitos e negociações entre grupos e indivíduos e podem significar impedimentos para a interação social. Por outro lado, podem conectar dois espaços distintos e funcionar como um espaço de transição entre eles. São, muitas vezes, densamente ocupados, o que cria novos espaços de sociabilidade e confere vida aos lugares.

### **Exercícios de olhar: trajetos, janelas e mapas das descontinuidades urbanas**

Depois de percorrer cidades antigas e medievais, chegamos aos espaços cotidianos da vida pública nas cidades contemporâneas. Considerando a concentração da população mundial e brasileira nos centros urbanos, a experiência da vida na cidade nos parece banal, costumeira e, por vezes, entediante. Os pequenos exercícios sugeridos a seguir podem ser realizados individualmente e com extrema liberdade ou em grupos escolares e universitários, com maior ou menor orientação.

O primeiro exercício é o de observação de um trajeto. Este trajeto pode ser um realizado cotidianamente, entre a casa e a escola, por exemplo. Ou pode ainda estar relacionado a um deslocamento pouco frequente ou extraordinário, como aqueles que realizamos em período de férias ou rumo a bairros ainda não conhecidos. O observador deve, ao longo deste trajeto, notar as descontinuidades inscritas nas ruas, praças e parques, tais como vias, grades e desníveis. Além de sua morfologia, o observador deve estar atento aos usos esperados e efetivamente realizados nas relações com estes limites, incluindo os usos em desacordo com o planejado e os conflitos resultantes. O percurso selecionado pode ser registrado em uma caderneta, por meio de fotografias ou de planos-sequência a partir do



uso de câmeras digitais ou celulares. Se realizado por diversos indivíduos, estes podem reunir-se em grupos e exibir o material captado para discussão entre todos os participantes.

O segundo exercício está baseado na observação do espaço urbano a partir de uma janela, a qual delimita um quadro e, portanto, uma composição de formas. O observador deve, novamente, atentar para os limites que se materializam no espaço urbano. Se o ponto de vista estiver situado acima do nível da rua, o observador poderá notar limites raramente observados, assim como comportamentos bastante orientados por estes limites. Esta observação pode ser registrada por um desenho esquemático ou por uma fotografia a qual pode ser compartilhada com outros observadores e, posteriormente, discutida. Uma segunda etapa pode consistir na localização destes “quadros” no mapa da cidade com base em aplicativos disponíveis gratuitamente.

Por fim, o último exercício não está mais baseado na observação direta da cidade, mas sim em mapas de uso e ocupação do solo. O grupo envolvido deve identificar os contatos entre classes de área distintas e assinalá-los nos mapas. Então, contando com seus conhecimentos prévios das áreas destacadas, os participantes devem imaginar e descrever as formas que nelas tem (ou teriam) lugar. A etapa final pode consistir na eleição de algumas destas “zonas de contato” para visitas de campo e, portanto, observação direta. Os observadores deverão confrontar as suas expectativas àquilo que é encontrado no terreno, além de atentar para as possíveis dinâmicas de interface, ou seja, para formas e comportamentos que sugiram uma transição entre unidades espaciais distintas.

Em que pese a simplicidade dos exercícios sugeridos, espera-se que estas três experiências contribuam para o desenvolvimento do pensamento espacial e da capacidade de observação dos participantes, bem como para um olhar mais atento para o espaço urbano e, portanto, para uma vida mais prazerosa nas cidades.

### Referências Bibliográficas

BARSKY, A. El periurbano productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, agosto de 2005, vol. IX, n. 194 (36). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-36.htm>. Acesso em 12/01/2013

BRUNET, Roger. Les phénomènes de discontinuité en Géographie. *Mémoires et documents*, n. 7, 1967.

BRUNET, Roger; Taillefer, F. Les phénomènes de discontinuité em géographie. *Annales de Géographie*. Armand Colin, 1970. p. 492-494.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPEL, Horacio. La Morfología de las ciudades: I. Sociedade, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones de Serbal, 2002.

FRANÇOIS, J-C. Discontinuité. Disponível em: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article15>. Acessado em 21/09/2009.

FRANKHAUSER, Pierre. La fractalité des structures urbaines. Economica: Paris, 1994.



GOMES, Paulo Cesar da Costa, 2008, Cenários para a Geografia. Sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: Rosendahl, Z. e Corrêa, R. (dir.), Geografia e cultura: pluralidade metodológica. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 187-210.

HAESBAERT, Rogério. CONTENÇÃO TERRITORIAL: “CAMPOS” E NOVOS MUROS. Boletín de Estudios Geográficos Nº 102 – 2014: 25-45.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades. São Paulo: UNESP, 1998.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1959].

MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2008[1982].

PARENTE-RIBEIRO, Leticia. As cidades gêmeas Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este: interações espaciais na fronteira Brasil-Paraguai. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

RAFFESTIN, Claude. Autour de la fonction social de la frontiere. Espaces et Sociétés, n. 70-71, 1992, p. 157-163.

REITEL, B. Frontière. 2004. Disponível em: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article16>. Acessado em 21/09/2009.

VEGA, José Manuel. Diversidad de realidades mutables: bordes urbanos en límites naturales. Escenarios de cohesión social y preservación ambiental. Traza, n.5, janeiro-junho de 2012: 120-145.

VILLAMIZAR-DUARTE, Natalia e SÁNCHEZ, Jeny. Bordes urbanos: uma pergunta desde el crecimiento de las ciudades hacia la concepción de una categoría para el análisis y la proyectación de territorios urbanos. Seminario Bordes Urbanos: Procesos Territoriales Colombia, Chile, Gran Bretaña, India, China, España, 2012.